

ALEXANDRE FREITAS CÂMARA

A NOVA EXECUÇÃO DE SENTENÇA

EDITORA LUMEN JÚRIS

Rio de Janeiro
2006

347.952(81)
C172n



Sumário

Capítulo 1 - Introdução	1
1.1. Fundamentos Teóricos do CPC e de sua Reforma	1
2.1. Breve Resenha Histórica da Reforma do CPC	9
Capítulo 2 - Sentença: Conceito e Classificação	15
2.1. Conceito de Sentença	15
2.2. Classificação da Sentença de Mérito	24
Capítulo 3 - O Cumprimento da Sentença que Impõe; Obrigação de Fazer ou não Fazer	39
3.1. As Obrigações de Fazer e não Fazer e sua Efetivação Imediata	39
3.2. As Medidas de Apoio	50
3.3. O Processo de Execução de Títulos Judiciais que Imponham Obrigação de Fazer ou não Fazer	57
Capítulo 4 - A Tutela Jurisdicional Substitutiva da Declaração de Vontade	59
Capítulo 5 - O Cumprimento da Sentença que Impõe Obrigação de Entregar Coisa	67
5.1. A Obrigação de Entrega de Coisa e sua Efetivação Imediata	67
5.2. O Caso Especial das Obrigações de Entrega de Incerta	71
5.3. As Medidas de Apoio	74
5.4. O Processo de Execução de Títulos Judiciais que Imponham Obrigação de Entrega de Coisa	75
Capítulo 6 - A Liquidação de Sentença	77
Capítulo 7 - O Cumprimento da Sentença que Impõe Obrigação Pecuniária	89
7.1. Títulos Executivos Judiciais	91
7.1.1. O Processo de Execução de Título Judicial que Imponha Obrigação Pecuniária	105
7.2. Execução Provisória e Definitiva	108
7.2.1. Execução Provisória	110
7.3. Prazo para Pagamento Voluntário e o Início da Fase Executiva	112
7.4. Penhora e Avaliação	117

347.952(81)
C172n



7.5. O Prosseguimento da Execução e a Aplicação Subsidiária do Livro II do CPC	119
Capítulo 8 - A Defesa do Executado na Fase de Cumprimento da Sentença	121
8.1. Impugnação	121
8.2. Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	135
8.3. A Defesa na Segunda Fase da Execução	138
Capítulo 9 - Competência para a Execução de Sentença	141
Capítulo 10 - A Nova Sistemática da Execução de Alimentos	149
10.1. Considerações Preliminares	149
10.2. Alimentos Decorrentes de Ato Ilícito	150
10.3. Alimentos Decorrentes do Direito de Família	157
Capítulo 11 - Disposições Finais da Lei nº 11.232/05	163
Capítulo 12 - Direito Intertemporal	171
Capítulo 13 - Conclusões	179
Referências Bibliográficas	185

